



ARTIGO ORIGINAL

As Diretrizes Curriculares Nacionais das profissões da saúde sob a ótica da Política Nacional de Saúde da População LGBTQIAPN+

National Curriculum Guidelines for health professions from the perspective of the National Health Policy for the LGBTQIAPN+ Population

Lineamientos Curriculares Nacionales de las profesiones de la salud en la perspectiva de la Política Nacional de Salud para la Población LGBTQIAPN+

 Géssica Sá Oliveira*
 Angélica Cerveira de Baumont**

RESUMO

Introdução: A situação de atenção em saúde com a população LGBTQIAPN+ ainda é um tema que necessita ser amplamente discutido. O desconhecimento dos/das profissionais da área da saúde sobre as especificidades dessa população evidenciam lacunas em sua formação profissional. **Objetivo:** Analisar o conteúdo das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de 12 cursos da área da saúde, na perspectiva da Política Nacional de Saúde da População LGBTQIAPN+ brasileira. **Metodologia:** Pesquisa documental, de abordagem qualitativa. Os documentos foram examinados utilizando a abordagem da análise temática. Foi utilizada primeiramente uma abordagem indutiva para analisar a Política Nacional de Saúde LGBTQIAPN+, identificando os principais temas e subtemas abordados neste documento. Em seguida, foram examinados o conteúdo das DCNs dos cursos da saúde com abordagem dedutiva, utilizando os temas e subtemas previamente definidos. **Resultados:** Os achados demonstraram que somente as DCNs dos cursos de Farmácia e Medicina trazem as questões de identidade de gênero e diversidade sexual, fazendo-se necessária a formulação de novas diretrizes para os demais cursos da saúde, voltadas à formação de profissionais qualificados para o atendimento da população LGBTQIAPN+ e de suas demandas específicas. **Conclusão:** A Política Nacional de Saúde LGBTQIAPN+ trouxe avanços importantes nas DCNs reformuladas após sua publicação, devendo embasar a reformulação das

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: gessicasaoliveira@gmail.com.

** Hospital Moinhos de Vento (HMV). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, Brasil. E-mail: angelica.baumont@hmv.org.br.

Autora para correspondência: Angélica Cerveira de Baumont. E-mail: angelica.baumont@hmv.org.br.

Diretrizes dos demais cursos da área da saúde. Este movimento é fundamental para qualificar os profissionais da saúde para compreender a população LGBTQIAPN+ e atender suas demandas negligenciadas.

Palavras-chave: Minorias Sexuais e de Gênero. Política de Educação Superior. Currículo. Capacitação de Recursos Humanos em Saúde.

ABSTRACT

Introduction: The current of healthcare for the LGBTQIAPN+ population remains an issue that needs wider discussion. The lack of knowledge among healthcare professionals about the specific needs of this population highlights gaps in their professional training. **Objective:** To analyze the content of the Brazilian National Curriculum Guidelines for 12 health-related courses from the perspective of the Brazilian National Health Policy for the LGBTQIAPN+ population. **Method:** Documentary research, with a qualitative approach. The documents were examined using a thematic analysis approach. We first used an inductive approach to analyze the National LGBTQIAPN+ Health Policy and identify the main themes and subthemes addressed in this document. We then used a deductive approach to examine the content of the National Curriculum Guidelines of health courses using the previously defined themes and subthemes. **Results:** We were able to show that only the Guidelines of Pharmacy and Medicine courses address issues of gender identity and sexual diversity in their guidelines. It makes necessary to formulate new Guidelines for other undergraduate health courses aimed at training professionals qualified to provide health care to the LGBTQIAPN+ population and its specific needs. **Conclusion:** The National LGBTQIAPN+ Health Policy brought important advances in the reformulated Guidelines after its publication, and should support the reformulation of guidelines for other undergraduate health courses. This movement is essential to qualify health professionals to understand the LGBTQIAPN+ population and meet their neglected demands.

Keywords: Sexual and Gender Minorities. Higher Education Policy. Curriculum. Health Human Resource Training.

RESUMEN

Introducción: La situación de la atención en salud con la población LGBTQIAPN+ sigue siendo un tema que necesita ser ampliamente debatido. El desconocimiento de los/las profesionales de la salud sobre las especificidades de esta población evidencia brechas en su formación profesional. **Objetivo:** Analizar el contenido de las Directrices Curriculares Nacionales (DCNs) de 12 cursos del área de la salud en Brasil, en la perspectiva de la Política Nacional de Salud de la Población LGBTQIAPN+ brasileña. **Método:** Investigación documental, con enfoque cualitativo. Los documentos fueron examinados utilizando el enfoque del análisis temático. Primero fue utilizado un enfoque inductivo para analizar la Política Nacional de Salud LGBTQIAPN+, identificando los principales temas y subtemas abordados en este documento. Luego, se examinó el contenido de las DCNs de los cursos de salud con un enfoque deductivo, utilizando los temas y subtemas previamente definidos. **Resultados:** Los hallazgos demostraron que solo las DCNs de los cursos de Farmacia y Medicina abordan las cuestiones de identidad de género y diversidad sexual en sus directrices, siendo necesaria la formulación de nuevas Directrices para los demás cursos de salud, orientadas a la formación de profesionales capacitados para atender a la población LGBTQIAPN+ y sus demandas específicas. **Conclusión:** La Política Nacional de Salud LGBTQIAPN+ trajo importantes avances en las DCNs reformuladas tras su publicación, debiendo servir de base para la reformulación de las directrices de los demás cursos del área de la salud. Este movimiento es fundamental para capacitar a los profesionales de la salud para comprender a la población LGBTQIAPN+ y atender sus demandas desatendidas..

Palabras clave: Minorías Sexuales y de Género. Política de Educación Superior. Currículo. Capacitación de Recursos Humanos en Salud.

INTRODUÇÃO

Este estudo teve como propósito analisar o conteúdo das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de 12 cursos da área da saúde à luz da Política Nacional de Saúde da População LGBTQIAPN+, buscando compreender como estes documentos orientam sobre a abordagem da questão de identidade de gênero e diversidade sexual na formação dos profissionais da área da saúde.

O acesso da comunidade LGBTQIAPN+ aos direitos mais básicos ainda é algo recente no Brasil e no mundo, mas a luta por direitos avançou nas últimas décadas. Em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) removeu o diagnóstico de "homossexualidade" da segunda edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM (Drescher, 2015; Davies; Davies, 2020). Somente 40 anos depois, com a publicação do DSM-5 (American Psychiatric Association, 2013), todas as referências dentro das categorias de diagnóstico finalmente removeram a orientação sexual (Davies; Davies, 2020). Nesse ínterim, em 17 de maio de 1990, a homossexualidade foi retirada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) (Back *et al.*, 2019). Já a transexualidade foi retirada desta lista somente em maio de 2019, e ainda é patologizada pela APA – embora o DSM-5 tenha mudado o alvo do tratamento do diagnóstico “disforia de gênero” para o sofrimento causado pela incongruência de gênero, ao invés da própria identidade de gênero, trazendo também referências a tratamento hormonal e cirurgia (American Psychiatric Association, 2013; Preu; Brito, 2019; Davies; Davies, 2020).

Paralelamente, em 2006 surge o primeiro documento internacional, construído na Indonésia pelo Painel Internacional de Especialistas em Legislação Internacional de Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero, denominado “Princípios de Yogyakarta”. Neste documento, pela primeira vez em nível mundial, há um apelo para que estas pessoas deixem de ser criminalizadas e patologizadas pelos Estados. No seu 2º Princípio – “Direito à Igualdade e a não-discriminação”, orienta que para esse fim, as nações devem implementar programas de educação e treinamento, com o objetivo de eliminar comportamentos preconceituosos ou discriminatórios, relacionados à ideia de inferioridade ou superioridade de qualquer orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero (Princípios de Yogyakarta, 2006).

Em consonância com este evento, em 2007 ocorre no Brasil a 13ª Conferência Nacional de Saúde, que reconhece a orientação sexual e identidade de gênero como determinantes sociais de saúde, entendendo o impacto que a discriminação tem na vida dessa população, seja na maior exposição a situações de violência ou na dificuldade em acessar o Sistema Único de Saúde – SUS (Brasil, 2008). Dessa conferência, recomendações acerca da produção de conhecimento e formação dos profissionais de saúde contemplaram o desenvolvimento de ações intersetoriais de educação em direitos humanos e respeito à diversidade, e a sensibilização dos profissionais a respeito dos direitos da população LGBTQIAPN+, com inclusão do tema da livre expressão sexual na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no SUS (Brasil, 2011).

Em 2008, é realizada em Brasília, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, a Iª Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, evento marcado por pautar a sexualidade e a identidade de gênero como temas políticos, e deliberar a adoção da sigla “LGBT”, como forma de dar mais visibilidade para a

luta das mulheres lésbicas e afirmar o compromisso com o enfrentamento das desigualdades de gênero. Nessa conferência, o Ministério da Saúde apresentou os princípios da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, visando formalizá-los como expressão das necessidades dos diferentes grupos que compõem a população LGBTQIAPN+ em relação à saúde. Essa Política foi submetida à consulta pública, de forma a garantir a participação social e o amplo debate na construção do material, e aprovada em 2009 pelo Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2013).

O Plano Operativo da Política visa garantir e ampliar o acesso de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais às ações e aos serviços de saúde, e incluir os temas orientação sexual e identidade de gênero nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde (Brasil, 2011). Reformulações do atendimento de saúde para a inclusão da população LGBTQIAPN+ dependem das transformações no modo de pensar e de agir dos profissionais de saúde, uma vez que o padrão heteronormativo influencia subjetivamente o atendimento por esses profissionais, gerando situações graves de discriminação e preconceito contra essa população (Cardoso; Ferro, 2012; Albuquerque *et al.*, 2013).

O desconhecimento dos profissionais da área da saúde sobre as especificidades da população LGBTQIAPN+, sobre os serviços das redes de apoio que atendam essa população, políticas públicas específicas e, até mesmo a generalização da problemática, configuram uma barreira para o acesso dessa população a um serviço de saúde que a atenda de forma integral (Cardoso; Ferro, 2012). Estudos prévios já evidenciaram a percepção de despreparo de graduandos e profissionais da saúde para o atendimento da população LGBTQIAPN+, denotando a importância da educação e formação profissional como elementos relevantes, bem como a inclusão desse assunto na matriz curricular de graduação nos cursos de saúde (Visconti, 2017; Barchin *et al.*, 2021).

Tal cenário evidencia a relevância das DCNs como instrumentos estratégicos para orientar a formação em saúde, de modo a promover competências voltadas à atenção integral e ao respeito à diversidade. As DCNs representam um marco regulatório fundamental para a organização dos projetos político-pedagógicos e dos currículos das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. A primeira normatização voltada especificamente para a área da saúde foi a Resolução CNE/CES nº 3/2001, estabelecendo as DCNs dos cursos de Enfermagem, Nutrição e Medicina. Entre os anos de 2002 e 2004, foram instituídas as DCNs dos demais cursos da área da saúde. Essas Diretrizes surgiram de forma articulada à mudança do modelo de atenção à saúde orientada pelos princípios do SUS (Bertoncello; Pivetta, 2015; Costa *et al.*, 2018).

Nesse contexto, torna-se essencial discutir como a formação em saúde tem contemplado as especificidades da população LGBTQIAPN+. Este estudo pretende contribuir com esta reflexão, ao analisar o conteúdo das DCNs de 12 cursos da saúde à luz da Política Nacional de Saúde da População LGBTQIAPN+.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa, realizada em 2021.

A partir de um processo de imersão dos autores, que buscou compreender os principais movimentos históricos da luta LGBTQIAPN+, identificou-se e elegeu-se a Política Nacional de Saúde LGBTQIAPN+ como o documento mais apropriado para nortear a análise das

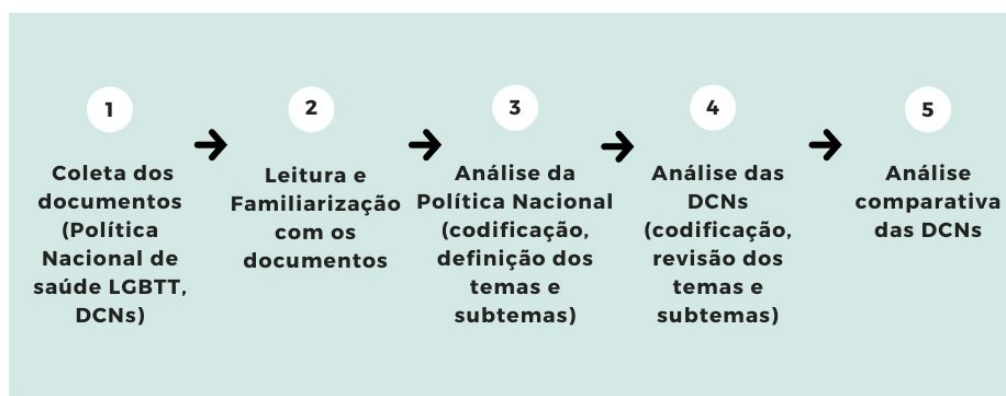
DCNs dos cursos da saúde. Tal imersão também foi motivada por vivências profissionais e pessoais das pesquisadoras, especialmente marcadas por experiências de preconceito e discriminação nos serviços de saúde, e pelo contato recorrente com o despreparo de profissionais para acolher de forma adequada a população LGBTQIAPN+. Tais experiências despertaram o compromisso ético-político com a qualificação da formação em saúde, voltada ao cuidado integral e respeitoso a esta população.

Além da Política, foram analisadas, neste estudo, as DCNs dos cursos de Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional. Os documentos utilizados como objetos de análise estão disponíveis em meio eletrônico (https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf e <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>).

Todos os materiais coletados na pesquisa documental foram organizados e submetidos à interpretação por meio da técnica de análise de conteúdo temática (Braun; Clarke, 2006; Braun *et al.*, 2019). A análise temática é um método de análise de dados qualitativos que busca identificar, organizar e interpretar padrões recorrentes, ou temas, em um conjunto de dados. Esses temas são analisados quanto ao seu significado inerente, permitindo a construção de novos entendimentos sobre o fenômeno estudado (Braun; Clarke, 2006; Naeem *et al.*, 2023). As análises foram realizadas com o auxílio do *software Qualitative Solutions Research (QSR) NVivo* versão 1.5.1.

Em um primeiro momento, foi analisada a Política Nacional de Saúde LGBTQIAPN+, por meio da análise de conteúdo temática, de forma indutiva, com o objetivo de construir os principais temas abordados por tal Política. No segundo momento, o conteúdo das DCNs dos cursos da área da saúde foi analisado, por meio de abordagem dedutiva, partindo dos temas e subtemas determinados previamente pela análise da referida Política (Figura 1).

Figura 1 – Fluxograma das etapas do estudo.



Fonte: As autoras, 2021.

RESULTADOS

A análise da Política Nacional de Saúde LGBTQIAPN+ teve início por meio da leitura e familiarização com o conteúdo deste documento. Com o auxílio da ferramenta de frequência

de palavras do *software* NVivo, foram identificadas as palavras mais presentes no texto da Política (Figura 2).

Figura 2 – Nuvem de palavras para a Política Nacional de Saúde LGBTQIAPN+.



Fonte: As autoras, 2021.

Na sequência, iniciou-se a análise de conteúdo temática do documento, realizada de forma indutiva, a qual possibilitou a construção de 19 subtemas contidos em cinco principais temas relacionados à questão de pesquisa (Quadro 1).

Quadro 1 – Resultados da análise temática da Política Nacional de Saúde LGBTQIAPN+.

TEMAS	SUBTEMAS	NÚMERO DE CODIFICAÇÕES	EXEMPLOS
DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+	Direito à saúde	4	“É imprescindível a ação da sociedade civil nas suas mais variadas modalidades de organização com os governos para a garantia do direito à saúde, para o enfrentamento das iniquidades e para o pleno exercício da democracia e do controle social.”
	Direito ao uso do nome social	3	“A falta de respeito ao nome escolhido pelas pessoas travestis e transexuais configura-se como uma violência que acontece diariamente nas suas vidas sociais. Pode ser contabilizada como decorrência desta Política, a inclusão da garantia do uso do nome social para os usuários da saúde, na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde.”
	Direitos sexuais e reprodutivos	7	“É nesse contexto que questões como a união civil, o reconhecimento das famílias homoparentais, a redução da violência, a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, entre outras situações de desigualdades de direitos, passam a compor o conjunto das agendas políticas governamentais.”

TEMAS	SUBTEMAS	NÚMERO DE CODIFICAÇÕES	EXEMPLOS
DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+	Representatividade nas instâncias de saúde	8	"Ampliar a participação das representações destas populações nos conselhos estaduais e municipais de saúde e em outros espaços de gestão participativa;"
	Respeito aos direitos humanos	2	"respeito aos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, contribuindo para a eliminação do estigma e da discriminação decorrentes das homofobias, como a lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia, consideradas na determinação social de sofrimento e de doença;"
	TOTAL	23	--
ESPECIFICIDADES DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+	Demandas específicas de trans e travestis	15	"V - implementação de ações, serviços e procedimentos no SUS, com vistas ao alívio do sofrimento, dor e adoecimento relacionados aos aspectos de inadequação de identidade, corporal e psíquica relativos às pessoas transexuais e travestis;"
	Invisibilidade das mulheres lésbicas e bissexuais	7	"Essa situação favoreceu a manutenção da invisibilidade política de lésbicas e mulheres bissexuais. Cabe ressaltar que as lésbicas, por serem inicialmente excluídas como grupo com prática de risco, não foram contempladas nas ações de prevenção da aids."
	Vulnerabilidade	2	"Considerando que a discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social reservado às populações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais;"
	TOTAL	25	--
FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	Educação para o respeito à diversidade	6	"XXI - incluir ações educativas nas rotinas dos serviços de saúde voltadas à promoção da autoestima entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e à eliminação do preconceito por orientação sexual, identidade de gênero, raça, cor e território, para a sociedade em geral;"

TEMAS	SUBTEMAS	NÚMERO DE CODIFICAÇÕES	EXEMPLOS
FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE	Inclusão da temática na formação continuada	5	"VII - inclusão da temática da orientação sexual e identidade de gênero de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nos processos de educação permanente desenvolvidos pelo SUS, incluindo os trabalhadores da saúde, os integrantes dos Conselhos de Saúde e as lideranças sociais;"
	Pesquisa e inovação	3	"XXIV - realizar estudos e pesquisas relacionados ao desenvolvimento de serviços e tecnologias voltados às necessidades de saúde da população LGBT."
	TOTAL	15	--
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO LGBTQIAPN+	Combate à violência e à discriminação	15	"Nesse processo estão sendo implantadas ações para evitar a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nos espaços e no atendimento dos serviços públicos de saúde."
	Definição de políticas públicas	7	"II - contribuição para a promoção da cidadania e da inclusão da população LGBT por meio da articulação com as diversas políticas sociais, de educação, trabalho, segurança;"
	Inclusão da diversidade no SUS	6	"III - inclusão da diversidade populacional nos processos de formulação, implementação de outras políticas e programas voltados para grupos específicos no SUS, envolvendo orientação sexual, identidade de gênero, ciclos de vida, raça-etnia e território;"
	Interseccionalidade	8	"I - instituir mecanismos de gestão para atingir maior equidade no SUS, com especial atenção às demandas e necessidades em saúde da população LGBT, incluídas as especificidades de raça, cor, etnia, territorial e outras congêneres;"
	TOTAL	35	
SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+	Acessibilidade ao atendimento	7	"II - ampliar o acesso da população LGBT aos serviços de saúde do SUS, garantindo às pessoas o respeito e a prestação de serviços de saúde com qualidade e resolução de suas demandas e necessidades;"
	Adoecimento decorrente do preconceito	5	"A discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero incide na determinação social da saúde, no processo de sofrimento e adoecimento decorrente do preconceito e do estigma social reservado às populações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.--

TEMAS	SUBTEMAS	NÚMERO DE CODIFICAÇÕES	EXEMPLOS
SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+	Princípios do SUS	10	"Promover a saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo."
	Saúde mental	6	"XX - reduzir os problemas relacionados à saúde mental, drogadição, alcoolismo, depressão e suicídio entre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, atuando na prevenção, promoção e recuperação da saúde;"
	TOTAL	27	--

Fonte: As autoras, 2021.

A partir dos temas e subtemas previamente construídos pela análise da Política Nacional, passou-se, então, a analisar o conteúdo das DCNs dos cursos da área da saúde à luz da Política. A análise identificou apenas cinco subtemas dos 19 previamente construídos, e foi acrescentado um novo subtema, "Conteúdos relacionados", para aspectos que demonstrassem relação indireta com a temática de formação dos profissionais para atendimento da população LGBTQIAPN+ (Quadro 2).

Quadro 2 – Resultados da análise das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), mostrando os extratos identificados por tema e subtema, para cada um dos cursos da área da saúde.

CURSO	TEMA	SUBTEMA (CÓDIGO)	RESOLUÇÃO
Biomedicina	Formação dos Profissionais para atendimento à População LGBTQIAPN+	Conteúdos relacionados	Resolução CNE/CES 2, de 18 de fevereiro de 2003 "III - Ciências Humanas e Sociais – incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais e conteúdos envolvendo a comunicação, a informática, a economia e gestão administrativa em nível individual e coletivo."
		Educação para o respeito à diversidade	Resolução CNE/CES 6, de 18 de dezembro de 2018 "c) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras temáticas centrais da sociedade contemporânea."
Educação Física	Formação dos profissionais para atendimento à População LGBTQIAPN+	Pesquisa e inovação	

CURSO	TEMA	SUBTEMA (CÓDIGO)	RESOLUÇÃO
Educação Física	Formação dos profissionais para atendimento à População LGBTQIAPN+	Conteúdos relacionados	"III - Valorização de princípios para a melhoria e democratização do ensino como a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a gestão democrática do ensino público; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros."
	Saúde da População LGBTQIAPN+	Princípios do SUS	Resolução CNE/CES 3, de 7 de novembro de 2001 "VI – reconhecer a saúde como direito e condições dignas de vida e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;" "Parágrafo Único. A formação do Enfermeiro deve atender as necessidades sociais da saúde, com ênfase no Sistema Único de Saúde (SUS) e assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento."
Enfermagem	Formação dos profissionais para atendimento à População LGBTQIAPN+	Conteúdos relacionados	"V – compreender a política de saúde no contexto das políticas sociais, reconhecendo os perfis epidemiológicos das populações;" "II - Ciências Humanas e Sociais – incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença."
	Saúde da População LGBTQIAPN+	Princípios do SUS	Resolução CNE/CES 6, de 19 de outubro de 2017 "V - ações intersetoriais e sociais, norteadas pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS);" "Art. 6º O Curso de Graduação em Farmácia deve estar alinhado com todo o processo de saúde-doença do indivíduo, da família e da comunidade; com a realidade epidemiológica, socioeconômica, cultural e profissional, proporcionando a integralidade das ações de Cuidado em Saúde, Tecnologia e Inovação em Saúde e Gestão em Saúde."
Farmácia	Saúde da População LGBTQIAPN+	Princípios do SUS	

CURSO	TEMA	SUBTEMA (CÓDIGO)	RESOLUÇÃO
Farmácia	Direitos da População LGBTQIAPN+	Respeito aos direitos humanos	"V - comprometer o aluno com o desenvolvimento científico e a busca do avanço técnico, associado ao bem-estar, à qualidade de vida e ao respeito aos direitos humanos."
	Formação dos Profissionais para atendimento à População LGBTQIAPN+	Educação para o respeito à diversidade	"X - compromisso com o cuidado e a defesa da saúde integral do ser humano, levando em conta aspectos socioeconômicos, políticos, culturais, ambientais, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, necessidades da sociedade, bem como características regionais;" "I - Ciências Humanas e sociais aplicadas, ética e bioética, integrando a compreensão dos determinantes sociais da saúde, que consideram os fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, de gênero e de orientação sexual, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais, ambientais, do processo saúde-doença do indivíduo e da população."
		Pesquisa e inovação	"V - comprometer o aluno com o desenvolvimento científico e a busca do avanço técnico, associado ao bem-estar, à qualidade de vida e ao respeito aos direitos humanos."
		Conteúdos relacionados	"I - Ciências Humanas e sociais aplicadas, ética e bioética, integrando a compreensão dos determinantes sociais da saúde, que consideram os fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, de gênero e de orientação sexual, étnico-raciais, psicológicos e comportamentais, ambientais, do processo saúde-doença do indivíduo e da população."
Fisioterapia	Formação dos profissionais para atendimento à População LGBTQIAPN+	Conteúdos relacionados	Resolução CNE/CES 4, de 19 de fevereiro de 2002
			"II - Ciências Sociais e Humanas – abrange o estudo do homem e de suas relações sociais, do processo saúde-doença nas suas múltiplas determinações, contemplando a integração dos aspectos psico-sociais, culturais, filosóficos, antropológicos e epidemiológicos norteados pelos princípios éticos. Também deverão contemplar conhecimentos relativos as políticas de saúde, educação, trabalho e administração."

CURSO	TEMA	SUBTEMA (CÓDIGO)	RESOLUÇÃO
Fonoaudiologia	Saúde da População LGBTQIAPN+	Princípios do SUS	Resolução CNE/CES 5, de 19 de fevereiro de 2002 "VII - reconhecer a saúde como direito e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência entendida como conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema."
	Formação dos Profissionais para atendimento à População LGBTQIAPN+	Conteúdos relacionados	"II - Ciências Sociais e Humanas – inclui-se a compreensão dos determinantes sociais, culturais, econômicos, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, lingüísticos e educacionais."
Medicina	Saúde da População LGBTQIAPN+	Princípios do SUS	Resolução CNE/CES 3, de 20 de junho de 2014 "I - acesso universal e equidade como direito à cidadania, sem privilégios nem preconceitos de qualquer espécie, tratando as desigualdades com equidade e atendendo as necessidades pessoais específicas, segundo as prioridades definidas pela vulnerabilidade e pelo risco à saúde e à vida, observado o que determina o Sistema Único de Saúde (SUS);" "II - integralidade e humanização do cuidado por meio de prática médica contínua e integrada com as demais ações e instâncias de saúde, de modo a construir projetos terapêuticos compartilhados, estimulando o autocuidado e a autonomia das pessoas, famílias, grupos e comunidades e reconhecendo os usuários como protagonistas ativos de sua própria saúde;" "a) promoção da integralidade da atenção à saúde individual e coletiva, articulando as ações de cuidado, no contexto dos serviços próprios e conveniados ao SUS."
	Direitos da População LGBTQIAPN+	Respeito aos Direitos Humanos	"III - incluir dimensões ética e humanística, desenvolvendo, no aluno, atitudes e valores orientados para a cidadania ativa multicultural e para os direitos humanos."
	Especificidades da População LGBTQIAPN+	Vulnerabilidade	"I - acesso universal e equidade como direito à cidadania, sem privilégios nem preconceitos de qualquer espécie, tratando as desigualdades com equidade e atendendo as necessidades pessoais específicas, segundo as prioridades definidas pela vulnerabilidade e pelo risco à saúde e à vida, observado o que determina o Sistema Único de Saúde (SUS)."

CURSO	TEMA	SUBTEMA (CÓDIGO)	RESOLUÇÃO
Medicina	Formação dos Profissionais para atendimento à População LGBTQIAPN+	Educação para o respeito à diversidade	"Art. 5º Na Atenção à Saúde, o graduando será formado para considerar sempre as dimensões da diversidade biológica, subjetiva, étnico-racial, de gênero, orientação sexual, socioeconômica, política, ambiental, cultural, ética e demais aspectos que compõem o espectro da diversidade humana que singularizam cada pessoa ou cada grupo social [...]." "c) postura ética, respeitosa e destreza técnica na inspeção, palpação, ausculta e percussão, com precisão na aplicação das manobras e procedimentos do exame físico geral e específico, considerando a história clínica, a diversidade étnico-racial, de gênero de orientação sexual, linguístico-cultural e de pessoas com deficiência;" "g) abertura para opiniões diferentes e respeito à diversidade de valores, de papéis e de responsabilidades no cuidado à saúde." "I - acesso e utilização de dados secundários ou informações que incluam o contexto político, cultural, discriminações institucionais, socioeconômico, ambiental e das relações, movimentos e valores de populações, em seu território, visando ampliar a explicação de causas, efeitos e baseado na determinação social no processo saúde-doença, assim como seu enfrentamento;" "IV - favorecimento ao desenvolvimento científico e tecnológico voltado para a atenção das necessidades de saúde individuais e coletivas, por meio da disseminação das melhores práticas e do apoio à realização de pesquisas de interesse da sociedade."
		Pesquisa e inovação	
Nutrição	Saúde da População LGBTQIAPN+	Princípios do SUS	Resolução CNE/CES 5, de 7 de novembro de 2001 "XI - reconhecer a saúde como direito e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;"
	Formação dos profissionais para atendimento à População LGBTQIAPN+	Conteúdos relacionados	"III - incluir dimensões ética e humanística, desenvolvendo, no aluno, atitudes e valores orientados para a cidadania ativa multicultural e para os direitos humanos."

CURSO	TEMA	SUBTEMA (CÓDIGO)	RESOLUÇÃO
Nutrição	Formação dos Profissionais para atendimento à População LGBTQIAPN+	Conteúdos relacionados	"II - Ciências Sociais, Humanas e Econômicas – inclui-se a compreensão dos determinantes sociais, culturais, econômicos, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, a comunicação nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença;" "VIII - a valorização das dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno e no nutricionista atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade."
	Saúde da População LGBTQIAPN+	Princípios do SUS	Resolução CNE/CES 5, de 7 de novembro de 2001 "XI - reconhecer a saúde como direito e atuar de forma a garantir a integralidade da assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;"
Odontologia	Formação dos profissionais para atendimento à População LGBTQIAPN+	Conteúdos relacionados	"II - Ciências Humanas e Sociais – incluem-se os conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença."
	Direitos da População LGBTQIAPN+	Respeito aos direitos humanos	Resolução CNE/CES 5, de 15 de março de 2011 "V - atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades."
Psicologia	Formação dos profissionais para atendimento à População LGBTQIAPN+	Conteúdos relacionados	"V - atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades."
	-	-	Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002
Serviço Social	-	-	Resolução CNE/CES 6, de 19 de fevereiro de 2002
Terapia Ocupacional	Especificidades da População LGBTQIAPN+	Vulnerabilidade	XVI - conhecer a problemática das populações que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes de inserção e participação na vida social; XVII - conhecer a influência das diferentes dinâmicas culturais nos processos de inclusão, exclusão e estigmatização.

CURSO	TEMA	SUBTEMA (CÓDIGO)	RESOLUÇÃO
Terapia Ocupacional	Formação dos profissionais para atendimento à População LGBTQIAPN+	Educação para o respeito à diversidade	"I - relacionar a problemática específica da população com a qual trabalhará, com os seus processos sociais, culturais e políticos e perceber que a emancipação e a autonomia da população atendida são os principais objetivos a serem atingidos pelos planos de ação e tratamento."
		Conteúdos relacionados	"I - relacionar a problemática específica da população com a qual trabalhará, com os seus processos sociais, culturais e políticos e perceber que a emancipação e a autonomia da população atendida são os principais objetivos a serem atingidos pelos planos de ação e tratamento;" "II - Ciências Sociais e Humanas – abrange o estudo dos seres humanos e de suas relações sociais, do processo saúde-doença nas suas múltiplas determinações, contemplando a integração dos aspectos psico-sociais, culturais, filosóficos, antropológicos e epidemiológicos norteados pelos princípios éticos. Também deverão contemplar conhecimentos relativos às políticas sociais."

Fonte: As autoras, 2021.

DISCUSSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar o conteúdo das DCNs de 12 cursos da área da saúde, sob a perspectiva da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o intuito de compreender de que forma esses documentos orientam a abordagem das questões de identidade de gênero e diversidade sexual na formação profissional. Para isso, realizou-se uma análise documental temática, combinando uma abordagem indutiva para identificar temas na Política Nacional de Saúde LGBTQIAPN+, com uma posterior abordagem dedutiva para examinar as DCNs dos cursos da saúde com base nesses temas.

A análise da Política Nacional de Saúde LGBTQIAPN+ permitiu a construção de 19 subtemas organizados em cinco grandes temas, abrangendo a saúde, os direitos e as especificidades dessa população, além da formação dos profissionais da saúde e das políticas públicas direcionadas à população LGBTQIAPN+. É importante ressaltar que a Política cumpre um papel fundamental ao reconhecer os efeitos da discriminação e preconceito no processo saúde-doença das pessoas LGBTQIAPN+. A invisibilidade vivida por estes grupos é percebida, por exemplo, nos relatos de mulheres lésbicas que saem das consultas com prescrição de anticoncepcionais e solicitação de exames de gravidez de forma padronizada, sem serem questionadas sobre sua sexualidade (Barbosa; Koyama, 2006). Também é denotada na dificuldade de acesso aos serviços de saúde pelas pessoas trans e travestis, o que se reflete na alta prevalência de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e de mortes devido à aplicação

de silicone industrial nesta população (Benedetti, 2005; Brasil, 2011). A Política nos leva a perceber a falta de preparo de profissionais e serviços de saúde no que tange seu conhecimento das diversidades sexuais e de gênero, e sua experiência em atendimento à saúde da população LGBTQIAPN+.

A partir dos temas e subtemas identificados na análise da Política Nacional, passou-se a analisar as DCNs, identificando-se as temáticas previamente propostas. Destaca-se da análise o impacto que a Política teve na revisão destes documentos. As duas Diretrizes que de fato trazem as questões de identidade de gênero e diversidade sexual na sua orientação foram ambas reformuladas após a publicação da Política em 2011 – as diretrizes dos cursos de Medicina (2014) e Farmácia (2017). Nesses documentos, é explícito que fatores como orientação sexual e identidade de gênero compõem os determinantes sociais de saúde.

O documento revisado das DCNs para os cursos de graduação em Medicina, proposto pelo Ministério da Educação, em 2014, considerou a necessidade do aprimoramento dos currículos em relação às questões de gênero e sexualidade. Em consonância com o documento, em 2015, o 53º Congresso Brasileiro de Educação Médica (COBEM), realizado no Rio de Janeiro, trouxe o debate sobre o machismo, o sexismo, o racismo, a LGBTfobia e outras violências ao longo da formação médica. O 54º COBEM, realizado no ano seguinte, em Brasília, mais uma vez oportunizou debates sobre LGBTfobia, trazendo estudantes transgêneros para falarem sobre suas experiências ao longo de sua formação (Raimondi *et al.*, 2020).

Além disso, são fruto dos COBEM algumas iniciativas mais recentes, como a “Carta de Porto Alegre”, resultado da Oficina “Corpos que (não) importam: a saúde da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) e a formação médica e de outros profissionais da saúde” realizada em Porto Alegre em 12 de outubro de 2017, durante o 55º COBEM. A carta discorre sobre recomendações para as escolas médicas no intuito de incentivar práticas de ensino sobre os temas de sexualidade humana e necessidades da população LGBTQIAPN+, e a criação do grupo de trabalho Populações (In)Visibilizadas e Diversidades da Abem (GT-PIVD) (Melo *et al.*, 2017; Raimondi *et al.*, 2020).

A formação dos profissionais de Farmácia também tem sido discutida no âmbito das temáticas de identidade de gênero e orientação sexual. O “I Encontro Nacional de Educadores em Farmácia Clínica e Matriz de Competências para a Atuação Clínica”, realizado em Gramado - RS, em 2015, já trouxe a discussão acerca das competências a serem desenvolvidas para a formação clínica de farmacêuticos, visando elaborar um documento que serviria de base para as alterações nas DCNs do Curso de Graduação em Farmácia. O documento apresentava, em sua matriz de competências para a atuação clínica da farmacêutica, a importância de levar em conta aspectos da identidade de gênero e orientação sexual (Conselho Federal de Farmácia, 2017). Observa-se, portanto, uma atenção voltada à formação desses profissionais no que se refere ao atendimento da população LGBTQIAPN+.

Por outro lado, embora as DCNs do Curso de Graduação em Educação Física sejam posteriores à Política, datando de 18 de dezembro de 2018, as temáticas sobre a população LGBTQIAPN+ não são abordadas neste documento. Isso certamente se reflete na formação destes profissionais, como denota o estudo de Araújo e Devede (2019), que analisou as ementas de diversas disciplinas de cursos de licenciatura em Educação Física em quatro universidades públicas do Rio de Janeiro, encontrando apenas quatro disciplinas que abordavam as temáticas de gênero e sexualidade, sendo somente duas obrigatórias. Segundo os autores, a falta de conhecimento sobre as temáticas de gênero e sexualidade impacta negativamente a formação desses licenciandos.

Para os demais cursos, a análise das DCNs anteriores à publicação da Política encontrou referências aos princípios do SUS, como integralidade e universalidade, a importância de atendimento às necessidades sociais do respeito à diversidade, mas nenhuma referência direta às questões relacionadas às temáticas aqui trazidas. Nesse sentido, Barchin *et al.* (2021), ao pesquisarem a percepção de estudantes de graduação dos cursos Enfermagem, Nutrição, Medicina, Fisioterapia, Biomedicina e Farmácia sobre a saúde LGBTQIAPN+ em sua formação acadêmica, mostraram que a abordagem e o conhecimento específico da temática ainda não foram suficientes para o preparo dos futuros profissionais. De forma semelhante, estudantes de Enfermagem relataram a percepção de que a universidade não possui papel formador na aquisição do conhecimento acerca da sexualidade e que o curso de graduação deveria ser o principal responsável pela aquisição deste saber (Visconti, 2017). Dessa forma, fica evidente a relevância da inclusão dessas temáticas na matriz curricular dos cursos de graduação em saúde.

Este estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. Primeiramente, a análise foi restrita a documentos normativos publicados até 2018, sem considerar textos atualizados, como o da Odontologia e nem como essas diretrizes são efetivamente implementadas nas instituições de ensino ou na prática profissional. Além disso, o estudo não inclui a perspectiva de docentes, discentes ou profissionais da saúde, o que poderia enriquecer a compreensão sobre os desafios e lacunas na formação voltada à população LGBTQIAPN+. Neste sentido, embora as DCNs de Farmácia e Medicina abordem a temática, o efeito dessa orientação na prática educacional e de cuidado em saúde não foi investigado, o que pode limitar a aplicabilidade dos resultados para além do conteúdo documental. São limitações que podem orientar estudos futuros, ampliando a investigação para aspectos práticos e a percepção dos diferentes atores envolvidos no processo de formação e atendimento à população LGBTQIAPN+.

Por outro lado, o estudo oferece uma perspectiva crítica sobre as DCNs, identificando lacunas importantes e sugerindo caminhos para a inclusão das questões de identidade de gênero e diversidade sexual na formação acadêmica. A combinação das abordagens indutiva e dedutiva na análise temática permitiu uma compreensão profunda e estruturada dos documentos, garantindo consistência entre os temas identificados na Política e sua presença ou ausência nas DCNs dos cursos. Assim, acredita-se que este estudo possa contribuir para o debate sobre inclusão e equidade no ensino superior e no atendimento à saúde, bem como embasar propostas de políticas públicas e iniciativas educacionais voltadas à formação de profissionais mais capacitados e sensíveis às demandas da população LGBTQIAPN+.

CONCLUSÃO

O presente estudo demonstrou a necessidade de revisão das DCNs – à exceção dos cursos de Farmácia e Medicina – com relação à inclusão dos temas diversidade sexual e identidade de gênero, conforme preconizado pela Política Nacional de Saúde LGBTQIAPN+, como forma de fortalecer a luta por reconhecimento da diversidade sexual e de gênero na atualização dos currículos. A Política fez avançar na inserção destas questões, nas Diretrizes reformuladas posteriormente a sua publicação, e deve embasar a formulação de novas diretrizes voltadas à formação de profissionais qualificados para o entendimento da população LGBTQIAPN+ e de suas demandas negligenciadas. As DCNs dos cursos da saúde têm a responsabilidade de orientar para currículos que compreendam as iniquidades sociais, e trazer o que há de

mais avançado no entendimento do que são as necessidades sociais em saúde. Espaços como as universidades têm uma grande responsabilidade no combate ao preconceito e um papel central na criação de um novo entendimento e uma nova cultura, que celebre a diversidade e as diferentes maneiras de existir.

Referências

- ALBUQUERQUE, G. A. *et al.* Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 516-524, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/JhwFvPRq3LCSQTqkLgtHZ7f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2025.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders**. 5. ed. Washington: American Psychiatric Press, 2013.
- ARAÚJO, A. B. C. de; DEVIDE, F. P. “Gênero” e “Sexualidade” na formação em educação física: uma análise dos cursos de licenciatura das instituições de ensino superior públicas do Rio de Janeiro. **Arquivos em Movimento**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 25-41, 2019. Disponível em: <https://cevs.org.br/biblioteca/genero-e-sexualidade-na-formacao-em-educacao-fisica-uma-analise-dos-cursos-de-licenciatura-das-instituicoes-de-ensino-superior-publicas-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 12 maio 2025.
- BACK, J. C. *et al.* Despatologização da homossexualidade e transexualidade: revisão integrativa. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde No Contexto Social**, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 378-389, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18554/refacs.v7i3.3063>. Acesso em: 12 maio 2025.
- BARBOSA, R. M.; KOYAMA, M. A. H. Mulheres que fazem sexo com mulheres: algumas estimativas para o Brasil. **Cad. Saúde Pública (Online)**, [s. l.], v. 22, n. 7, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000700015>. Acesso em: 12 maio 2025.
- BARCHIN, V. F. *et al.* Percepção de alunos de graduação da área da saúde acerca da abordagem sobre a saúde de LGBTI. **Mundo da Saúde**, [s. l.], v. 45, e0052021, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15343/0104-7809.202145175186>. Acesso em: 12 maio 2025.
- BERTONCELLO, D.; PIVETTA, H. M. F. Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em Fisioterapia: reflexões necessárias. **Cadernos de Educação Saúde e Fisioterapia**, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 71-84, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório Final da 13ª Conferência Nacional de Saúde: Saúde e qualidade de vida: políticas de estado e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_final_13_cns_pl.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2836, 01 de dezembro de 2011**. Institui no âmbito do SUS, a política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em: 12 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.
- BRAUN, V. *et al.* Thematic analysis. In: LIAMPUTTONG, P. (ed.). **Handbook of research methods in health social sciences**. Singapore: Springer, 2019.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 12 maio 2025.
- CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. Saúde e População LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Competências para a atuação clínica do farmacêutico**: relatório do I Encontro Nacional de Educadores em Farmácia Clínica e Matriz de Competências para a Atuação Clínica. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2017. Disponível em https://www.cff.org.br/userfiles/file/Relat%C3%B3rio%20Enfarc06jun2017_bx.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.
- COSTA, D. A. S. *et al.* Diretrizes curriculares nacionais das profissões da Saúde 2001-2004: análise à luz das teorias de desenvolvimento curricular. **Interface (Botucatu, Online)**, Botucatu, v. 22, n. 67, p. 1183-1195, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0376>. Acesso em: 12 maio 2025.
- DAVIES, R. D.; DAVIES, M. E. The (slow) depathologizing of gender incongruence. **Journal of Nervous and Mental Disease**, [s. l.], v. 208, n. 2, p. 152-154, 2020.
- DRESCHER, J. Out of DSM: depathologizing homosexuality. **Behavioral sciences**, [s. l.], v. 5, n. 4, p. 565-75, 2015. Disponível em <https://doi.org/10.3390/bs5040565>. Acesso em: 12 maio 2025.

MELO, L. P. de *et al.* **Carta de Porto Alegre**: em defesa da equidade de gênero e da diversidade sexual na educação médica. Porto Alegre, 2017. Disponível em <https://website.abem-educmed.org.br/wp-content/uploads/2019/09/CARTA-LGBT-1-1.pdf>. Acesso em: 12 maio 2025.

NAEEM, M. *et al.* A step-by-step process of thematic analysis to develop a conceptual model in qualitative research. **International journal of qualitative methods**, [s. l.], v. 22, p. 1-18, Oct. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/16094069231205789>. Acesso em: 12 maio 2025.

PREU, R. de O.; BRITO, C. F. Patologização da transexualidade: uma leitura crítica das transformações ocorridas nas três últimas versões do DSM. **Revista Gênero**, [s. l.], v. 19, n. 2, p. 134-154, 2019.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Yogyakarta, 2007. Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 12 maio 2025.

RAIMONDI, G. A. *et al.* Grupo de trabalho populações (in)visibilizadas e diversidades: comunidade de práticas reafirmando princípios da Abem. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 44, e141, 2020. Supl. 1. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200382>. Acesso em: 12 maio 2025.

VISCONTI, B. F. **Percepção dos graduandos de Enfermagem sobre o atendimento à saúde da população LGBT**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Enfermagem) – Faculdade Israelita de Ciências da Saúde Albert Einstein, São Paulo, 2017.

Agradecimentos

Agradecemos à Profa. Dra. Daniela Riva Knauth, Departamento de Medicina Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Prof. Dr. Diego Gnatta, Faculdade de Farmácia (UFRGS), pela análise crítica e preciosas contribuições a este trabalho.

Fonte de financiamento

Financiamento próprio.

Contribuição das autoras

Géssica Sá Oliveira - concepção e planejamento do estudo, elaboração do texto, coleta e análise dos dados, revisão do conteúdo, aprovação da versão final do manuscrito e responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo.

Angélica Cerveira de Baumont - concepção e planejamento do estudo, elaboração do texto, coleta e análise dos dados, revisão do conteúdo, aprovação da versão final do manuscrito e responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo.

Conflito de interesses

As autoras declaram que não há conflito de interesses.

Responsabilidade editorial

Ramona Fernanda Ceriotti Toassi, Rafael Arenhaldt, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Brasil

Recebido em: 27/02/2025

Aceito em: 20/05/2025

Publicado em: 23/05/2025